

Opções para o Brasil

Edmar L. Bacha*

Tentar antecipar como será o país na década dos noventa comporta algumas certezas e muitas dúvidas.

Entre as certezas, uma maior. A de que nos encontramos numa encruzilhada histórica, semelhante à que enfrentamos na década dos trinta. Está esgotado o padrão de industrialização voltado para dentro, com forte intervenção do Estado na economia e enorme concentração da renda.

Outras certezas: ao contrário do que acreditávamos dez anos atrás, não estamos condenados a crescer, como comprovava a década perdida dos oitenta. O fantasma da argentinização diz respeito não só à hiperinflação, mas também à possibilidade de uma estagnação secular.

Em compensação, também não estamos condenados a ficar eternamente na Belíndia: crescimento com justiça social é agora uma possibilidade concreta. Primeira, porque cessou a explosão populacional. Na década dos 60, a população brasileira cresceu a 3% ao ano; na década dos 90, estará crescendo a menos do que 1,5% ao ano, e com uma taxa cada vez menor ao longo da década. Também se desenvolveu a sociedade civil, contrapondo-se ao poder dos grupos de interesse ancorados no aparato estatal. Finalmente, começam a emergir partidos políticos representativos dessa sociedade civil em desenvolvimento.

As dúvidas aparecem quando começamos a contemplar as alternativas que se delineiam no debate político para tratamento dos três dilemas básicos da economia brasileira: a inflação, a crise do estado e a concentração da renda. Pois o leque das opções factíveis é amplo e suas consequências, variadas.

Há três formas de saída da crise inflacionária: a explosão dos preços; a recessão brutal; e o acordo econômico.

Também há três formas de saída da crise do estado. O choque estatista; o choque liberal; e o choque capitalista.

Há, finalmente, três formas de saída para o resgate da dívida social: o populismo redistributivista; o crescimento conservador; e o crescimento com redistribuição.

“O fantasma da argentinização diz respeito não só à hiperinflação, mas também à possibilidade de uma estagnação secular.”

Estas distintas possibilidades agrupam-se em três alternativas políticas para a década dos 90: o estatismo, o liberalismo e a socialdemocracia.

O estatismo é a opção política simultaneamente consistente com a explosão inflacionária, a estatização e o populismo redistributivista. Na falta de uma ação antiinflacionária decisiva, inevitavelmente resultará uma hiperinflação aberta no próximo ano. Nela se dissolvem todas as dívidas financeiras, particularmente as do estado. Ao longo desse processo, efetua-se uma moratória da dívida externa. Resolve-se, assim, o déficit financeiro do governo. Em compensação, estatiza-se o sistema bancário e fecham-se as portas do comércio e finanças internacionais para o país. Reforça-se a reserva de mercado e instala-se um

populismo redistributivista à la Peru. As consequências para a década são nem crescimento, nem distribuição, com uma tendência para a instalação de alguma forma de totalitarismo político no país. Belíndia vira Banglabânia.

O liberalismo como opção política leva à recessão brutal, ao choque liberal, e ao crescimento conservador. À semelhança do Chile de Pinochet, a saída da crise inflacionária se dá por uma forte queda da atividade econômica — reduções do PIB da ordem de 10 a 15%, mantidas por dois anos. Instala-se a ordem liberal, com câmbio livre, abertura às importações e privatizações generalizadas. Depois da recessão, a economia se recupera e volta a teoria do bolo: primeiro crescer, para depois distribuir. As consequências são crescimento e concentração de renda, somente consistentes com um reforço do autoritarismo político. Belíndia vira Mexilhe.

A opção socialdemocrata lida com a crise inflacionária através de um amplo acordo social, que contempla uma significativa reforma fiscal, uma desindexação generalizada da economia, uma consolidação da dívida interna, e uma substancial redução das transferências financeiras para o exterior. A crise do estado é tratada pela via do “choque capitalista”, simultaneamente desprivatizando-se o estado e privatizando-se a economia. A abertura ao exterior se faz de forma seletiva, gradual e segura. Eliminam-se os cartórios mas preserva-se a industrialização do país. A ação estatal prioriza a educação, a saúde e a nutrição, além da reforma agrária, permitindo a compatibilização do crescimento com a redistribuição da renda. Belíndia vira Brasil.